



Edital

A Prefeitura Municipal de Tupaciguara, órgão central do Poder Executivo Municipal, através do Departamento de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará o **procedimento licitatório nº. 022/2021**, modalidade **Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 010/2021**, do tipo "**Menor Preço por item**", que se regerá pelas disposições da Lei nº. 10.520/02, pelo Decreto Municipal nº. 398/09, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, conforme ainda pelo estabelecido no presente edital e seus anexos.

Data de sessão de credenciamento e julgamento das propostas:

Aos dias 30 de Março de 2021, às 09:00 hs, no Departamento de Licitação localizado no 2º piso do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Tupaciguara, situado na Praça Antônio Alves de Faria, s/nº., Bairro Tiradentes, CEP 38.480/000, Tupaciguara/MG.

1 - Do Objeto

1.1 - A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de material de construção, hidrossanitário e tintas para suprir as necessidades de diversas Secretarias do Município de Tupaciguara nas quantidades e especificações contidas no Termo de Referência.

1.1.1 - Os referidos itens não serão necessariamente adquiridos em sua totalidade. Os mesmos são quantidades estimadas, sendo consideradas apenas para fins de adjudicação, homologação e posterior convocação para assinatura da ata de registro de preços. O licitante para qual for adjudicado e homologado os itens constantes e for convocado para a assinatura da ata, obterá apenas o direito e a exclusividade de fornecimento do referido item até o término da vigência contratual.

1.2 - A quantidade estimada para o presente processo licitatório, relacionado no edital, serve apenas como orientação, não constituindo, sob hipótese alguma garantia de faturamento.

1.3 - O valor estimado e os descritivos dos itens encontram-se no Termo de Referência.

2 - Das Condições de Participação

2.1 - Poderão participar da presente licitação qualquer empresa do ramo objeto deste certame, desde que satisfaça as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

2.2 - Não poderão participar da licitação as empresas que:

- a) Encontram-se sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão ou incorporação.
- b) Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município.
- c) Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- d) Se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio¹.

¹ Conforme precedentes do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, tal vedação é ato discricionário da Administração, devendo ser devidamente justificado nos autos, sendo que tal vedação se deve ao fato de que



e) Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura, membro efetivo ou substituto da Comissão Permanente de Licitação, bem como do Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio.

f) Que possuam em seu quadro societário, parentes em linha reta ou colateral até 3º grau, dos membros ou presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda do Pregoeiro e membros da equipe de apoio.

2.3 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante, que pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

2.4 - A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

3 - Da Impugnação do Ato Convocatório

3.1 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências do ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.1 - Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão.

3.3 - A impugnação poderá ser encaminhada para o endereço constante no preâmbulo, ou por meio eletrônico através do e-mail licitacaogestao20212024@gmail.com

3.4 - Sendo intempestiva a comunicação do suposto vício, não suspenderá o curso do certame.

4 - Do Adiamento

4.1 - Todos e quaisquer adiamentos ocorridos durante o procedimento serão consignados em ata, designando-se nova data e horário para continuidade da sessão, os quais serão publicados na página do Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM, que pode ser acessada pelo endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/amm-mg.

5 - Da Representação e do Credenciamento

5.1 - A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao pregoeiro por um representante munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

conforme pesquisa de mercado há um universo de fornecedores que possam atender o objeto do certame de forma individual, sem a necessidade de consorciamento; cabe ainda salientar que o consorciamento pode ser considerado antieconômico para a contratação, pois a união de empresas para fornecimento do objeto retiraria a possibilidade de competição entre os mesmos, elevando os preços para a aquisição.



5.2 - Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital.

5.3 - Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

I - cópia do contrato social, com objeto pertinente e compatível ao licitado, autenticado.

I.1 - cópia do documento de identidade ou qualquer outro que identifique o representante (autenticado).

II - procuração, conforme anexo, que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante.

5.4 - Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada de documento comprobatório dos poderes do outorgante, tais como cópia do contrato social/alteração contratual e cópia do documento de identificação, devidamente autenticados.

5.5 - Em caso de sócio administrador a comprovação se dará por meio de cópia autenticada do contrato social.

5.6 - Em se tratando de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante certidão expedida pela Junta Comercial e deverá ocorrer quando do credenciamento, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006.

5.6.1 - Em hipótese alguma será aceito documento diferente do citado acima para efeito de comprovação do enquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte.

5.7 - Não será efetuado credenciamento sem a apresentação de todos os documentos devidamente autenticados, quando solicitados.

5.8 - A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a licitante de participar do certame licitatório, ficando, porém impedida de manifestar-se durante as sessões, inclusive quanto à formulação de lances verbais e manifestação de interesse na interposição de recursos.

5.9 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma licitante.

5.10 - O representante legal poderá ser substituído em qualquer fase do processo, desde que apresente a documentação solicitada, em conformidade com os ditames deste instrumento convocatório.

5.11 - Declarado encerrado o credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos novos proponentes.

6 - Da Apresentação e Recebimento dos Envelopes

6.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o pregoeiro receberá dos representantes credenciados, os seguintes documentos:

a) Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme anexo (a referida declaração deverá estar por fora dos envelopes).



b) Envelope contendo a proposta comercial (Envelope nº. 1)

c) Envelope contendo os documentos de habilitação (Envelope nº. 2)

6.2 - Poderá o licitante participar do procedimento, enviando os envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por representante não credenciado, ficando obrigado a apresentar os envelopes até a hora e data estabelecida no preâmbulo, e na forma do item 6.1 deste edital.

6.3 - A participação na forma do item 6.2 impede a apresentação de lances por parte do licitante.

6.4 - Os conjuntos de documentos relativos à proposta comercial e à habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes indevassáveis, identificados com o nome da licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos “Proposta Comercial” e “Documentos de Habilitação”, na forma dos incisos I e II a seguir:

I - Envelope contendo os documentos relativos à Proposta Comercial:

Prefeitura Municipal de Tupaciguara
Processo Licitatório nº. 022/2021
Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 010/2021
Razão Social
CNPJ nº.
Envelope nº. 1 - Proposta Comercial

II - Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

Prefeitura Municipal de Tupaciguara
Processo Licitatório nº. 022/2021
Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 010/2021
Razão Social
CNPJ nº.
Envelope nº. 2 - Documentos de Habilitação

6.5 - Todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser emitidos em nome da matriz.

6.6 - Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.7 - As certidões extraídas via internet ficarão sujeitas a diligências a serem efetuadas a critério do pregoeiro.

6.8 - **Os documentos poderão ser apresentados em cópias, desde que autenticadas em cartório ou por um dos membros da Comissão Permanente de Licitação, quando cotejada com o documento original, ou publicados em órgão da imprensa oficial, quando for o caso de empresa estrangeira.**

6.9 - Nenhum documento será autenticado durante a sessão.

6.10 - Os documentos exigidos para habilitação, deste Edital, não poderão, em hipótese alguma, serem substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, serem remetidos posteriormente ao prazo fixado para a abertura do



certame.

6.11 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo que autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas comerciais.

6.12 - Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo aqueles referentes à proposta comercial e à habilitação, além de seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

6.13 - Não serão aceitos documentos com rasuras ou emendas, que a critério do Pregoeiro e Equipe de Apoio, comprometam a sua autenticidade.

6.14 - **Os documentos que não contiverem prazo de validade reputar-se-ão válidos somente aqueles com 90 dias após a data de emissão.**

7 - Da Proposta Comercial

7.1 - A proposta comercial deverá ser elaborada em papel timbrado ou com carimbo identificador da empresa, com os seguintes requisitos:

a) Apresentada em língua portuguesa, sem entrelinha ou rasura, datada, em números arábicos, contendo o número e a modalidade da licitação deste Edital, devendo conter razão social, CNPJ, endereço, número de telefone, e-mail da empresa licitante e dados bancários, contendo suas páginas numeradas em ordem crescente.

b) Conter a descrição completa dos itens, conforme especificações deste instrumento convocatório.

c) Conter a assinatura do responsável legal da empresa ou representante devidamente qualificado.

d) **Conter o preço unitário, total e marca.**

e) Nos preços apresentados deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, seguros, transportes e demais despesas inerentes ao fornecimento do objeto.

f) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente, com duas casas decimais após a vírgula.

g) Conter o prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme artigo 6º da Lei nº. 10.520/2002.

h) A proposta que omitir o prazo de validade será considerado que foi ofertado o prazo de 60 (sessenta) dias corridos a partir da sua apresentação.

i) Conter prazo para a entrega, que não pode ultrapassar o estipulado.

j) Na proposta apresentada estará inclusa, todos os impostos, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas, custos diretos e indiretos, mão de obra, materiais (se for o caso), despesas com transporte, hospedagem, bem como quaisquer outras necessárias ou que possam incidir sobre a realização do objeto.

k) Ser entregue no local estabelecido até o dia e horário previsto para a realização da sessão.

l) Não será aceita proposta enviada por *e-mail* ou em envelope aberto, além de proposta que não se enquadre nos itens solicitados neste ato convocatório.

m) A apresentação de proposta ao referido processo implica na concordância com as normas estabelecidas no mesmo.



n) Serão corrigidos automaticamente pelo pregoeiro quaisquer erros de soma e (ou) multiplicação.

o) A falta de assinatura e (ou) rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes de proposta com poderes para esse fim.

p) O pregoeiro reserva-se o direito de verificar, sempre que julgar necessário, se os preços praticados pela licitante vencedora estão compatíveis com os de mercado.

q) Para que possa subsidiar a elaboração de sua proposta, o interessado poderá solicitar os valores estimados para contratação do objeto desse certame mediante pedido de esclarecimento/informação no endereço eletrônico licitacaogestao20212024@gmail.com, junto ao Departamento de Licitação, na medida em que as cotações de mercado se encontram juntadas no processo licitatório.

7.2 - Não será aceita proposta enviada por *e-mail* ou em envelope aberto, além de proposta que não se enquadre nos itens solicitados neste ato convocatório.

7.3 - A apresentação de proposta ao referido processo implica na concordância com as normas estabelecidas no mesmo.

8 - Dos Documentos de Habilitação

8.1 - A documentação relativa à habilitação consiste em:

8.1.1 - Habilitação jurídica:

a) registro comercial, no caso de empresa individual.

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações se houver ou a última consolidada, devidamente registrada, em se tratando de sociedades empresárias ou por ações, acompanhadas da documentação de eleição de seus administradores.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública.

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando as atividades assim o exigir.

e) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2 - Regularidade Fiscal

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo à sede ou domicílio do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

c) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, conjunta, com prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), conforme MF nº. 358 de 05/09/2014.

- d) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.
- e) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, referente ao domicílio da empresa.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa nos termos da Lei nº. 12.440/2011.
- g) A certidão que se refere a alínea anterior poderá ser obtida de forma eletrônica e gratuita, e encontra-se disponível em todos os portais da Justiça do Trabalho na rede mundial de computadores (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho).

8.1.3 - Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão Negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.1.4 - Outras Comprovações

- a) Declaração de cumprimento ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme documento anexo.
- b) Declaração de superveniência ou fato impeditivo, conforme documento anexo.

9 - Do Julgamento das Propostas

9.1 - Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e o das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela, em cada item, poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação do vencedor.

9.2 - Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

9.3 - No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentar novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até proclamação do vencedor.

9.4 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda a ordem de classificação.

9.5 - Na fase de lances, o pregoeiro poderá estipular lances mínimos para o melhor andamento da sessão.

9.6 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

9.7 - Serão desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não



prevista neste edital.

9.8 - Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

9.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

9.10 - Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de **MENOR PREÇO POR ITEM** e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido o menor preço.

9.11 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.12 - Em caso de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº. 123/2006 será observado o seguinte:

a) Será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pela microempresa e empresa de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada apresentada por empresa que não estiver amparada pela Lei Complementar nº. 123/2006.

b) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar novo lance de preço no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após a notificação por parte do pregoeiro, sob pena de preclusão.

c) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

d) No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem no disposto na alínea "b", será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

e) Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "b", o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.13 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em planilha de custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

9.13.1 - O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários dos produtos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessário.

9.14 - A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preço propostos e aceitáveis.

9.15 - Será declarado vencedor a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e que ofertar o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9.16 - Será desclassificada a proposta:

a) Que não atender totalmente qualquer um dos quesitos constantes neste Edital.



- b) Que atender, parcialmente ou com restrições, as exigências previstas neste Edital.
 - c) Apresentadas fora do prazo ou em local diverso do fixado no presente Edital.
 - d) Que após as fases de lances e negociação, estejam com o valor acima do orçado pela Administração.
 - e) Que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, superestimados ou manifestamente inexecutáveis, assim considerados nos termos do disposto no § 3º do artigo 44 e inciso II do artigo 48, da Lei Federal nº. 8.666/93.
 - f) Apresente preço baseado em outras propostas, inclusive com o oferecimento de redução sobre a de menor valor.
 - g) Contenham em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, irregularidades ou defeitos de linguagem ou outros que impossibilitem o julgamento.
- 9.17 - No julgamento das propostas, ocorrendo divergências ou inversão de numeração dos itens, o pregoeiro poderá fazer as devidas correções que julgar necessária para aproveitamento da proposta, bem como poderá relevar erros ou omissões formais que não afetem a compreensão dos termos da proposta.
- 9.18 - Havendo divergência entre valores unitários e valores globais, considerar-se-ão como válidos os valores unitários, caso haja discrepância entre os valores em algarismo e por extenso prevalecerão os últimos.
- 9.19 - Até a assinatura da ata de registro de preços, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Prefeitura Municipal de Tupaciguara tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

10 - Do Julgamento da habilitação

- 10.1 - Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o Envelope nº. 2 - "Habilitação" do licitante cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.
- 10.2 - As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.
- 10.3 - Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado para as ME e EPP o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente apresentar preço inferior ao menor preço ofertado na etapa de lances, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 10.3.1 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao pregoeiro.
- 10.3.2 - Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos cinco dias úteis inicialmente concedidos.
- 10.3.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 10.4 - O detentor da melhor proposta que desatender às exigências de habilitação previstas neste Edital será inabilitado, e o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e procederá à



habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário, até apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar com o proponente, para que seja obtido o melhor preço.

10.4.1 - Os envelopes com documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras serão devolvidos ao representante legal da empresa e/ou procurador no término da reunião. Caso isso não seja possível, os mesmos ficarão anexos ao procedimento por 20 (vinte) dias correntes e à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, serão destruídos.

10.5 - Na sessão pública será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

10.6 - A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação, acerca do objeto, ser esclarecida previamente junto o pregoeiro.

10.7 - Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação, intimando, posteriormente, a nova data aos licitantes por meio de publicação na página do Diário Oficial dos Municípios Mineiros.

10.8 - É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

11 - Dos Recursos Administrativos

11.1 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, sob pena de decadência do direito por parte da licitante.

11.2 - Constará, na ata da sessão, a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficam intimadas para manifestar-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando, a todos, vista imediata do processo no Departamento.

11.3 - Tendo a licitante manifestado, motivadamente, a intenção de recorrer na sessão pública, terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

11.4 - As demais licitantes, já intimadas na sessão pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentarem as contrarrazões, prazo este que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no Departamento.

11.5 - A manifestação na sessão pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

11.6 - As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.



11.7 - O início da contagem dos prazos, bem como seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

11.8 - A falta de apresentação de razões, mencionadas no item 11.1, importará a decadência do direito de recurso, culminando com a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.

11.9 - O acolhimento do recurso importará apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 - A decisão proferida em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, mediante publicação na página do Diário Oficial Dos Municípios Mineiros - AMM que pode ser acessado pela página <http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg>.

11.11 - Não serão conhecidas as contrarrazões a recursos intempestivamente apresentadas.

12 - Da Adjudicação e da Homologação

12.1 - A ausência de manifestação de recorrer durante a sessão, ou a decadência do prazo para a interposição do recurso, ou julgados os que caso tenham sido postulados, e constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

12.2 - Adjudicado o objeto da licitação, a licitação será homologada pela autoridade competente e o vencedor será convocado para a assinatura do contrato.

12.3 - Até a assinatura da ata de registro de preços, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Prefeitura Municipal tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

12.4 - Ocorrendo a desclassificação da proposta da licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, a Prefeitura Municipal poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação de acordo com a Lei Federal nº. 10.520/2002.

13 - Das Condições da Ata de Registro de Preços

13.1 - As obrigações decorrentes desta licitação, a serem firmadas entre a Administração Municipal e a licitante vencedora, serão formalizadas através de ata de registro de preços, observando-se as condições estabelecidas neste edital, seus anexos, na legislação vigente e na proposta do licitante vencedor.

13.2 - A Administração Municipal convocará formalmente a licitante vencedora para assinar a ata de registro de preços, que deverá comparecer dentro do prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da convocação.

13.3 - O prazo estipulado no subitem poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração Municipal.

13.4 - O Pregoeiro poderá, quando a convocada não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidas neste Edital, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma licitante que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

13.4.1 - A licitante que não comparecer para assinar a ata de registro de preços, dentro do



prazo estipulado ou se recusar em assinar a presente ata será submetida às penalidades descritas no artigo 7º da Lei nº. 10.520/02.

13.5 - Caso a empresa não mantenha o compromisso assumido será aplicada a penalidade correspondente à inexecução total sobre o valor constante da nota de empenho.

13.6 - A ata de registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, no todo ou em parte, nas situações previstas abaixo:

I) Por iniciativa da Administração:

a) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da nota de empenho decorrente deste registro de preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) se os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado.

II) Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta ata de registro de preços;

b) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei nº. 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo cancelamento dos preços registrados, o fornecedor será informado via email e/ou publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM.

Parágrafo Segundo - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço eletrônico do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM, considerando-se cancelado o desconto registrado.

Parágrafo Terceiro - A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração Municipal, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

Parágrafo Quarto - Havendo o cancelamento dos preços registrados, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

Parágrafo Quinto - Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar a ata de registro de preços, a Administração Municipal poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13.7 - O preço registrado manter-se-à inalterado pelo período de vigência do registro, admitida a revisão quando houver desequilíbrio da equação econômico- financeiro inicial da contratação, nos termos da legislação que rege a matéria.

13.7.1 - Só poderá haver revisão dos preços para a equação econômico-financeira no prazo mínimo de 90 (noventa) dias, após a assinatura da ata.

13.8 - O reajustamento dos preços registrados somente será possível se autorizado por alteração das normas federais pertinentes à política econômica.

14 - Da Validade do Registro de Preços

14.1 - O registro formalizado na ata a ser firmada entre a Prefeitura Municipal de Tupaciguara e as empresas que apresentarem as propostas classificadas em primeiro lugar no presente certame, **terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.**



14.2 - Durante o prazo de validade do registro de preços a Prefeitura Municipal não ficará obrigada a comprar os produtos objeto deste pregão exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida à legislação pertinente às licitações, ficando assegurada ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

14.2.1 - O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando a Prefeitura Municipal de Tupaciguara optar pela aquisição por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou inferior ao registrado.

14.2.2 - O Pregoeiro da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo setor de compras.

14.2.3 - Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja superior à média dos preços de mercado, o Pregoeiro solicitará ao fornecedor, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

14.2.4 - Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido e o Pregoeiro da ata deverá convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.3 - Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata nos subitens anteriores, o Pregoeiro procederá a revogação da ata, promovendo a compra por outros meios licitatórios.

15 - Obrigações do Fornecedor

15.1 - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratado.

15.2 - Executar o objeto desta licitação conforme regras estabelecidas, responsabilizando-se pela carga e descarga dos produtos.

15.3 - Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitadas, responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados.

15.4 - Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

15.5 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o contratante.

15.6 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

15.7 - A contratada, além das responsabilidades atinentes, responderá pela qualidade e

correção nos termos da legislação pertinente.

15.8 - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, a execução deste contrato, bem como não se associar com outrem ou realizar fusão, cisão ou incorporação.

15.9 - Reparar, corrigir, remover ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela comissão ou servidor designado, o objeto em que se verificarem vícios ou defeitos.

15.10 - Dar ciência a Administração Municipal, imediatamente por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto.

15.11 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

15.12 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes na concepção do objeto.

15.13 - O dever previsto na cláusula anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir as suas expensas, imediatamente, o que apresentar avaria ou defeito.

15.14 - Comunicar à Administração, com antecedência de 05 dias do prazo máximo de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento, com a devida comprovação.

15.15 - Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que o objeto seja realizado com esmero e perfeição.

15.16 - Cumprir rigorosamente as normas técnicas e regulamentos pertinentes.

15.17 - Reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº. 8.666/93.

15.18 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de possível chamamento do Município de Tupaciguara em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução do objeto da licitação.

15.19 - Promover a entrega dos objetos contratados no local estipulado, responsabilizando-se pela qualidade e quantidade.

15.20 - Substituir, de imediato, às suas expensas, os objetos do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.

15.21 - Constar na nota fiscal os dados bancários e dados completos da empresa.

16 - Das Obrigações do Município

16.1 - Notificar a contratada, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto.

16.2 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma convenionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades necessárias.

16.3 - Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato.

16.4 - Fiscalizar e exigir o fiel cumprimento do contrato.

16.5 - Fornecer todas as informações necessárias relacionadas com o objeto deste Edital.

16.6 - Receber definitivamente o objeto.

16.7 - Gerenciar a ata de registro de preços.



17 - Do Recebimento, Prazo de Entrega e Fiscalização

17.1 - O objeto deverá ser **entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias**, no Almoxarifado Interno, localizado na Praça Antônio Alves de Faria s/nº., bairro Tiradentes, nesta cidade, no horário das 08:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 17:00 hs contados a partir do recebimento da Autorização de Serviços e Compras (ACS) ou em outro local a ser designado.

17.2 - Todos os produtos deverão conter as características mínimas e essenciais descritas neste Edital.

17.3 - Executado o contrato, o objeto será recebido na forma prevista no artigo 73 inciso II da Lei nº. 8.666/93.

17.4 - O recebimento provisório do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético profissional, pela sua perfeita execução e dar-se à, se satisfeitas as seguintes condições:

- a) devidamente embalado, acondicionado e identificado.
- b) nas quantidades corretas.
- c) no prazo e horário de entrega previstos neste Edital.
- d) de acordo com as especificações.

17.5 - O recebimento definitivo dar-se-á após a:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos.
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital.

17.6 - Satisfeitas as exigências de entrega, lavrar-se-á o Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal.

17.7 - Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

17.8 - Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital.

17.9 - Constatado algum vício ou defeito a contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias para corrigir, a partir do recebimento da notificação do vício ou defeito.

17.10 - Em caso de ser impossível a correção dos vícios ou defeitos no prazo estipulado no item 17.9, a contratada deverá apresentar justificativa por escrito, elucidando as razões da impossibilidade de se cumprir no prazo.

17.11 - O Município de Tupaciguara, através de seu representante Sr. Gabriel Lourenço Borges Neto exercerá a fiscalização do contrato, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

17.12 - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Tupaciguara em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

18 - Do Preço e do Pagamento

18.1 - O pagamento será efetuado em conta corrente da empresa vencedora em 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Nota Fiscal pela Comissão de Recebimento de Mercadorias



e Serviços do Município.

18.2 - O número de inscrição no CNPJ, indicado nos documentos da proposta comercial e da habilitação, deverá ser o mesmo do estabelecimento da empresa que emitirá a Fatura/Nota fiscal.

18.3 - O pagamento será de acordo com os valores constantes na planilha de preços da proposta adjudicatária.

18.4 - Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão por conta dos recursos da dotação orçamentária conforme discriminada neste Edital.

18.5 - Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

18.6 - O pagamento somente será realizado mediante apresentação e comprovação de regularidade junto ao INSS, FGTS e CNDT.

18.7 - O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura.

18.8 - O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

18.9 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

18.10 - No caso de eventuais erros nos documentos apresentados pela contratada, estes serão a ela devolvidos para verificação, contando-se novo prazo, para análise, aprovação e pagamento, a partir da data de sua reapresentação.

18.11 - A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

19 - Das Penalidades

19.1 - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo da multa prevista e as demais cominações legais.

19.2 - A contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - por atraso injustificado na entrega do objeto licitado, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, até o limite de 15%.

II - pela inexecução total ou parcial do acordado através do instrumento contratual, garantida a defesa prévia:

a) advertência.



b) multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo em seu total a 2% sobre o valor do contrato, cumulável com as demais sanções.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

19.3 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a ata de registro ou documento equivalente e retirar a ordem de serviço, caracterizará descumprimento total da obrigação, ensejando as penalidades cabíveis.

19.4 - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

20 - Da Dotação Orçamentária

20.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.08.05.04.122.006.20.071.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 310 - 01.0000.0000.0000

02.03.12.365.0004.20.030.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 107 - 01.0001.0001.0001

02.19.01.04.122.0014.20.097.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 480 - 01.0000.0000.0000

02.09.05.04.122.0011.20.076.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 351 - 01.0000.0000.0000

02.08.01.04.122.0006.20.070.3.33.90.30 - Material de Consumo - Ficha 299 - 01.0000.0000.0000

21 - Das Disposições Gerais

21.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

21.2 - A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

21.3 - Durante as fases de propostas e habilitação, o preposto e/ou representante legal poderá utilizar-se de telefone celular e/ou equipamentos eletrônicos, limitando-se a fazê-lo para uso restrito ao certame em tela, caso contrário, será convidado a retirar-se do recinto para não haver prejuízo aos trabalhos.

21.4 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluem-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Tupaciguara.

21.5 - O Prefeito Municipal poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e



suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.6 - É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

21.7 - Os documentos e a proposta, exigidos bem como os seus anexos, têm que estar preferencialmente de acordo com o presente Edital, sendo que cada anexo tem sua forma para ser apresentado.

21.8 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da aquisição.

21.9 - A homologação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

21.10 - No caso de alteração deste Edital, no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.11 - O Município de Tupaciguara poderá cancelar de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação, bem como rescindir o respectivo contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial desde que motivado o ato e assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa quando esta:

- a) Venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
- b) For envolvida em escândalo público e notório;
- c) Quebrar o sigilo profissional;
- d) Utilizar, em benefício próprio ou de terceiros informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Tupaciguara;
- e) Na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.

21.12 - O Município de Tupaciguara poderá, por despacho fundamentado do pregoeiro e até a entrega da nota de empenho, excluir qualquer licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sem que a esta assista o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade da licitante.

21.13 - A nulidade do processo licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 59, da Lei Federal nº. 8.666/93.

21.14 - Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Prefeitura Municipal de Tupaciguara comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

21.15 - As decisões proferidas no presente processo serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM.

21.16 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário,



anteriormente estabelecidos.

21.17 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou caso tenha sido vencedora, o cancelamento da autorização de serviços, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

21.18 - Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao pregoeiro, no Departamento de Licitação, localizado no 2º piso do Centro Administrativo, situado na Praça Antônio Alves de Faria s/nº., Bairro Tiradentes, Tupaciguara/MG, até 05 (cinco) dias anteriores à data de abertura da licitação. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (034) 3281-0057 - E-mail: licitacaogestao20212024@gmail.com.

21.19 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Comarca de Tupaciguara/MG.

21.20 - Cópias do Edital e seus anexos serão fornecidos, gratuitamente, mediante recibo, nos horários de 08h00min as 11h00min e 13h00min as 17h00min, no endereço referido no preâmbulo deste Edital. Edital encontra-se disponível na página <https://www.tupaciguara.mg.gov.br/>.

21.21 - Os casos omissos serão resolvidos com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e os princípios gerais de direito.

21.22 - Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I - Modelo de Proposta;

Anexo II - Termo de Referência;

Anexo III - Declaração que cumpre os Requisitos de Habilitação;

Anexo IV - Modelo de Credenciamento;

Anexo V - Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;

Anexo VI - Declaração que não Emprega Menor;

Anexo VII - Minuta da Ata de Registro de Preços

Tupaciguara/MG, 16 de Março de 2021.

Gabriel Barroso Gonçalves
Pregoeiro

Anexo II

Termo de Referência

1) Do Objeto

Refere-se a registro de preços para aquisição de material de construção, hidrossanitário e tintas para suprir as necessidades de diversas Secretarias do Município de Tupaciguara nas quantidades e especificações contidas no Termo de Referência.

2) Justificativa

O presente procedimento visa proporcionar melhorias, reformas e pequenos reparos na estrutura física dos prédios públicos visando manter as instalações adequadas e um ambiente seguro e conservado, proporcionando estímulo, saúde e bem estar não somente aos servidores das secretarias, mas também a toda a comunidade em geral que utiliza os serviços prestados. Com esse intuito o Sistema de Registro de Preços é o mais adequado já que os itens serão solicitados na medida em que forem necessários o que garante uma economia aos recursos públicos.

3) Especificações dos Itens

Un	Quantidade	Código	Especificação
UN	1.000,00	378252	ABRAÇADEIRA NYLON 250 X 3,6
UN	2.000,00	378253	ABRAÇADEIRA NYLON 300 X 4,8
UN	100,00	378254	ABRAÇADEIRA ROSCA S/ FIM 1/2 X 5/8 POL
UN	100,00	378255	ABRAÇADEIRA ROSCA S/FIM 3/4 X 1 POL
UN	50,00	378315	ADAPTADOR INTERNO 3/4 POL.
UN	50,00	378316	ADAPTADOR SD. CURTO 25 X 3/4
UN	50,00	378317	ADESIVO PLASTICO 175G
UN	30,00	27155	ADESIVO SILICONE 280 GR
GL	100,00	373253	AGUARRAS
L	5,00	36329	AGUARRAZ SOLVENTE 900ML
UN	40,00	378318	ANEL VEDAÇÃO ESGOTO 40 MM
KG	40,00	12200	ARAME GALVANIZADO - 14
KG	40,00	6581	ARAME GALVANIZADO - Nº16.
KG	40,00	4240	ARAME GALVANIZADO 18
KG	40,00	2393	ARAME RECOZIDO - 14
KG	60,00	6584	ARAME RECOZIDO - 16
KG	80,00	30942	ARAME RECOZIDO 18
M³	100,00	12202	AREIA LAVADA FINA.
M³	300,00	35980	AREIA LAVADA MÉDIA
KG	1.500,00	378128	ARGAMASSA COMUM AC1
KG	50,00	386966	ARGAMASSA EXTERNA AC2
UN	400,00	386968	ARRUELA LISA 1/14

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000



UN	500,00	33424	ARRUELA LISA 5/16
UN	20,00	382985	BACIA CONVENCIONAL
UN	100,00	386985	BARRA BIM METAL
BR	500,00	386969	BARRA DE FERRO CA-50 3/8 POLEGADAS
BR	500,00	386970	BARRA DE FERRO CA-50 5/16 POLEGADAS
BR	400,00	386823	BARRA DE FERRO CA-50 6,30MM (1/4)
BR	1.000,00	386824	BARRA DE FERRO CA-60 4.2 MM
BR	100,00	21161	BARRA ROSQUEADA 1/4
BR	100,00	378137	BARRA ROSQUEADA 5/16 POL.
M³	150,00	12216	BRITA 0
M³	150,00	27033	BRITA 3/4
UN	50,00	378140	BROCA AÇO RAPIDO 3,5 MM-9/64
UN	50,00	378141	BROCA AÇO RAPIDO 3.0 MM-1/8.
UN	50,00	382986	BROCA AÇO RAPIDO 5.0 MM-3/16
UN	50,00	378143	BROCA AÇO RAPIDO 8,0 MM-5/16
UN	50,00	378144	BROCA VIDEA P/ CONCRETO 330 MM 8MM 5/16 POL
UN	50,00	378145	BROCA VIDEA P/ CONCRETO 6MM -1/4
UN	50,00	378146	BROCA VIDEA P/ CONCRETO 8 MM - 5/16
UN	50,00	378147	BROCA VIDEA P/ CONCRETO 9,5 MM -3/8
UN	40,00	2542	BROCHA PARA PINTURA
UN	50,00	378149	BROXA REDONDA 75 MM
UN	50,00	378150	BUCHA GALVANIZADA REDUÇÃO 3/4 X 1/2 POL.
UN	1.000,00	387001	BUCHA PARA GESSO Nº 6 COM PARAFUSO DE 1ª QUALIDADE
UN	500,00	24644	BUCHA PLASTICA S-10
UN	1.000,00	24646	BUCHA PLASTICA S-6
UN	500,00	24764	BUCHA PLASTICA S-8
UN	50,00	382987	BUCHA ROSCA REDUÇÃO 3/4 X 1/2 POL
UN	30,00	378154	CADEADO E-25MM
UN	30,00	378155	CADEADO E-35 MM
UN	30,00	378156	CADEADO E-40 MM
UN	30,00	378157	CADEADO E-50 MM
UN	20,00	386971	CAIXA DE GORDURA COM CESTO DE LIMPEZA 300mm COM TAMPA
SC	2.200,00	27168	CAL HIDRATADA 15 KG
SC	500,00	18621	CAL PARA PINTURA 8 KILOS
UN	3,00	387048	CAMISA DE ROLO ANTIGOTAS
UN	2,00	380261	CAMISA DE ROLO LÃ ALTA
UN	50,00	378323	CAP ESGOTO 100 MM
UN	50,00	16796	CAP ESGOTO 40 MM
UN	50,00	378322	CAP ESGOTO 50 MM
UN	50,00	378319	CAP SD 20 MM
UN	50,00	20453	CAP SD 25 MM
UN	15,00	30925	CARRINHO DE MÃO COMPLETO C/ PNEU
M³	1.000,00	378158	CASCALHO
UN	200,00	378421	CHAPA MADEIRIT14 MM
UN	200,00	386972	CHAPA MADEIRIT9MM
SC	3.500,00	33865	CIMENTO CP II - 50 KG
UN	200,00	4295	CORANTE LÍQUIDO 50 ML
MT	1.000,00	382988	CORDA SEDA 4MM
LT	50,00	21062	DILUENTE - 0,9 ML
GL	50,00	378218	DILUENTE 5 LTS
UN	50,00	386982	DISCO DE CORTE 2T 4 1/2 X3/64X7/8

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000



UN	50,00	386983	DISCO DE CORTE 2T 7X1/16X7/8
UN	50,00	386981	DISCO DE CORTE 2T12 X 1/8 X 3/4
KG	50,00	378162	ELETRODO 2,5 MM
UN	50,00	24750	ENGATE 1/2 X 30 CM
UN	50,00	378325	ENGATE 1/2 X 40 CM
UN	40,00	378163	ENXADA C/ CABO 25 LIBRAS
UN	40,00	378164	ENXADÃO C/ CABO 25 LIBRAS
UN	1,00	27228	ESMALTE BRILHO GELO 3,6 L
GL	500,00	33870	ESMALTE SINTETICO 3,6 LTS
UN	50,00	382990	ESPUMA ESPANSIVA 470 GR
UN	15,00	378165	FECHADURA BRONZE LATONADO EXTERNO
UN	15,00	378166	FECHADURA BRONZE LATONADO INTERNO
UN	150,00	379802	FITA CREPE 18 X 50 M..
UN	150,00	378168	FITA CREPE 48 X 50 M
MT	50,00	378169	FITA MULTIUSO AUTO-ADESIVA 20 CMS.
MT	100,00	378171	FITA MULTIUSO AUTO-ADESIVA 30 CMS
RL	150,00	35829	FITA VEDA ROSCA 18 MM X 25 CM
RL	50,00	378170	FITA ZEBRADA PARA SEGURANÇA 180 M. x 7 CM
LA	102,00	386984	FUNDO REPARADOR DE PAREDE BASE AGUA 18 LT
UN	30,00	378173	GARFO GAIOLA 23 CM
UN	50,00	3388	JOELHO 90 - 20MM
UN	50,00	3979	JOELHO 90 - 25 MM
UN	50,00	27136	JOELHO ESGOTO 40 MM C/ ANEL 90º SECUND
UN	50,00	382984	JOELHO ESGOTO 50MM
UN	510,00	6626	LIXA D AGUA N 120.
UN	500,00	378174	LIXA D'AGUA 150
UN	500,00	378175	LIXA D'AGUA 80
UN	300,00	378176	LIXA FERRO 120.
UN	50,00	366980	LUVA AZUL BUCHA DE LATÃO 25 MM X 3/4
UN	50,00	7081	LUVA BUCHA LATÃO 25 X 1/2 .
PÇ	50,00	364691	LUVA DE CORRER SOLDAVEL 25 MM
UN	500,00	386998	LUVA DE MALHA EMBORRACHADA LÁTEX
PA	500,00	386999	LUVA DE RASPA CANO CURTO
UN	50,00	29410	LUVA ESGOTO 100 MM
UN	50,00	378352	LUVA ESGOTO 40 MM
UN	50,00	378354	LUVA ESGOTO 50 MM.
UN	50,00	378347	LUVA GALVANIZADA 3/4 POL.
UN	50,00	31426	LUVAS DE SOLDA 20MM
UN	50,00	31425	LUVAS DE SOLDA 25MM
MT	500,00	378359	MANGUEIRA 1/2 X 2 TRANÇADA FLEXIVEL
UN	100,00	378178	MASCARA DE FELTRO S/ VALVULA
LA	51,00	15671	MASSA ACRÍLICA 18 LT 1ªQUALIDADE
GL	50,00	378180	MASSA ACRILICA BRANCA 3,6 L.
LA	50,00	378181	MASSA CORRIDA 18 L
GL	50,00	381227	MASSA CORRIDA 3,6 L
UN	8,00	387000	MICTÓRIO INDIVIDUAL LOUÇA
UN	50,00	378368	NIPLÉ ROSCA 1/2 POL.
UN	50,00	31084	NIPLÉ ROSCA 3/4
UN	200,00	36750	OCULOS SEGURANÇA
UN	30,00	31855	PA COM CABO - CANTOS REDONDOS
UN	10,00	380263	PALHA DE AÇO Nº2
UN	500,00	379450	PALHA DE AÇO Nº0
UN	500,00	378184	PARAFUSO CABEÇA CHATA 3,5 X 35

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000



UN	250,00	378185	PARAFUSO CABEÇA CHATA 3,5 X 40
UN	200,00	378187	PARAFUSO CABEÇA CHATA 4,0 X 30
UN	100,00	378186	PARAFUSO CABEÇA CHATA 4,0 X 20
UN	500,00	378188	PARAFUSO CABEÇA CHATA 4,0 X 35
UN	200,00	378189	PARAFUSO CABEÇA CHATA 4,0 X 40
UN	200,00	378190	PARAFUSO CABEÇA CHATA 5,0 X 65
UN	5.312,00	384313	PARAFUSO COM BUCHA P/TIJOLAÇÃO N6
UN	1.000,00	387117	PARAFUSO COM BUCHA PARA TIJOLÃO Nº. 10
UN	1.012,00	387050	PARAFUSO COM BUCHA PARA TIJOLÃO Nº. 8
UN	100,00	27133	PARAFUSO FIXAÇÃO SANITARIO C/ BUCHA S-10
UN	100,00	378191	PARAFUSO FRANCES 1 3/4 X 1/4
UN	100,00	378192	PARAFUSO FRANCES 3 1/2 X 1/4
UN	200,00	378193	PARAFUSO FRANCES 3 X 1 /4
UN	100,00	378194	PARAFUSO FRANCES 4 X 1/4
UN	100,00	378195	PARAFUSO FRANCES 7 X 3/8
UN	500,00	378196	PARAFUSO PARA TELHA 5/16 X 110 C/ VEDAÇÃO
UN	100,00	386980	PARAFUSO ROSCA SOBERBA 100 X 10 - 3/8
UN	100,00	378201	PARAFUSO ROSCA SOBERBA 40 X 7-1/4
UN	100,00	383001	PARAFUSO ROSCA SOBERBA 50 X 6 -3/16
M2	500,00	378204	PISO ESMALTADO 32 X 57
M2	500,00	378203	PISO ESMALTADO 50 X 50
UN	500,00	378205	PORCA SEXTAVADA 1/2 POL
UN	500,00	382991	PORCA SEXTAVADA 1/4 POL
UN	400,00	378206	PORCA SEXTAVADA 5/16 POL.
UN	30,00	382992	PORTA LAMINADA 2,15 X 0,85
UN	30,00	382993	PORTA MADEIRA ENCABEÇADA 2,10 X 0,80
KG	100,00	378207	PREGO 15 X 15 C/ CABEÇA
KG	100,00	378208	PREGO 17 X21 C/ CABEÇA
KG	100,00	378209	PREGO 18 X 24 C/ CABEÇA
KG	100,00	378210	PREGO 18 X 27 C/ CABEÇA
KG	100,00	378211	PREGO 19 X 36 C/ CABEÇA
GL	50,00	378212	PRIMER SINTETICO 3,6 LTS
UN	40,00	378213	PROLONGADOR P/ PINTURA 3 MTS
UN	500,00	378214	REBITE POP 312
UN	1.000,00	378215	REBITE POP 412
UN	500,00	378216	REBITE POP 415
PÇ	40,00	8696	REGISTRO 3/4 POL.
UN	40,00	378378	REGISTRO ESFERA 3/4 POL.
UN	40,00	378379	REGISTRO ESFERA SD. 32 MM
UN	30,00	378381	REGISTRO ESFERA SD. 50 MM
UN	40,00	382994	REGISTRO GAVETA 1 1/2 POL
UN	80,00	382995	REGISTRO GAVETA 2 POL
UN	40,00	378382	REGISTRO GAVETA 3/4 POL.
KG	100,00	378219	REJUNTE PARA PISO
UN	500,00	378305	ROLDANA PLASTICA 36 X 36
UN	10,00	387118	ROLO DE MANTA ASFÁLTICA
UN	50,00	378220	ROLO MICROFIBRA 10 / 23 CM
UN	50,00	378221	ROLO PINTURA 23CM
UN	50,00	378222	ROLO PINTURA DE ANTI-RESPINGO 23 CM
LA	50,00	378223	SELADOR ACRILICO 18 L.
UN	100,00	378383	SIFÃO MULTIUSO UNIVERSAL
UN	150,00	378227	TABUA PINUS 0,023 X ,10 X 3 MTS
UN	150,00	378234	TABUA PINUS 0,023 X ,25 X 3 MTS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000



UN	500,00	378235	TABUA PINUS 0,023 X, 30 X 3 MTS
UN	150,00	378228	TABUA PINUS 0,023 X,15 X 3 MTS
UN	150,00	378230	TABUA PINUS 0,023 X,20 X 3 MTS
UN	50,00	378389	TE ESGOTO 90 100 MM
UN	50,00	378387	TE ESGOTO 90 40 MM
UN	50,00	378388	TE ESGOTO 90 50 MM
UN	50,00	378391	TE ROSCA 1/2 POL.
UN	70,00	378236	TELHA FIBROCIMENTO 2,44 X 0, 50 X 4 MM
UN	100,00	378237	TELHA FIBROCIMENTO 3,66 X 1, 10 X 6 MM
UN	50,00	386986	TÊSD 90 20MM
UN	50,00	386987	TÊSD 90 25MM
GL	100,00	2437	THINNER 5LT
UN	70.000,00	378239	TIJOLINHO.
UN	70.000,00	378238	TIJOLO 09 X 19 X 29 FURADO
GL	100,00	378242	TINTA ACRILICA EXTERNA 3,6 LTS
LA	150,00	378240	TINTA ACRILICA INTERNA 18 LTS
LA	300,00	378241	TINTA ACRILICA INTERNA EXTERNA 18 LTS
LT	60,00	378244	TINTA ESMALTE SINTETICO 0,9 LTS
GL	55,00	386964	TINTA ESMALTE VERDE KIWI
UN	3,00	35861	TINTA LATEX 18 LITROS VERDE KIWI
GL	106,00	386988	TINTA LATEX 18LT BRANCO GELO GL
LA	100,00	382996	TINTA P/ PISO 18 LITROS
UN	30,00	378392	TORNEIRA BOIA CAIXA D'AGUA 1/2 E 3/4
UN	40,00	378393	TORNEIRA ESFERA 3/4 X 1/2
UN	30,00	378394	TORNEIRA JARDIM METAL 3/4 X 1/2
UN	40,00	378395	TORNEIRA P/ PIA 18 CM DE METAL
UN	40,00	378397	TORNEIRA P/ PIA 25 CM DE METAL
UN	20,00	382997	TORNEIRA P/ PIA BICA MOVEL METAL/INOX
UN	20,00	10292	TORNEIRA PARA LAVATORIO SIMPLES DE METAL
UN	50,00	378247	TRINCHA 1 POL
UN	100,00	378248	TRINCHA 1/2
UN	80,00	378249	TRINCHA 2 1/2 POL
UN	80,00	378251	TRINCHA MEDIA SINTETICA 2 1/2
MT	800,00	378402	TUBO PVC ESGOTO 100 MM-CLASSE 15
MT	800,00	378400	TUBO PVC ESGOTO 40 MM-CLASSE 15
MT	800,00	378401	TUBO PVC ESGOTO 50 MM- CLASSE 15
MT	800,00	382998	TUBO SD 20MM
MT	800,00	382999	TUBO SD 25MM
UN	30,00	378403	VALVULA 7/8 PARA LAVATORIO
UN	10,00	27208	WHITE LUB 300ML

4) Valor estimado

4.1 - O valor estimado para a aquisição é de **R\$1.331.213,41 (um milhão, trezentos e trinta e um mil, duzentos e treze reais e quarenta e um centavos).**

5) Obrigações do Fornecedor

5.1 - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratado.

5.2 - Executar o objeto desta licitação conforme regras estabelecidas, responsabilizando-se pela carga e descarga dos produtos.

5.3 - Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitadas,



responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados.

5.4 - Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

5.5 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o contratante.

5.6 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

5.7 - A contratada, além das responsabilidades atinentes, responderá pela qualidade e correção nos termos da legislação pertinente.

5.8 - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, a execução deste contrato, bem como não se associar com outrem ou realizar fusão, cisão ou incorporação.

5.9 - Reparar, corrigir, remover ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela comissão ou servidor designado, o objeto em que se verificarem vícios ou defeitos.

5.10 - Dar ciência a Administração Municipal, imediatamente por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto.

5.11 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

5.12 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes na concepção do objeto.

5.13 - O dever previsto na cláusula anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir as suas expensas, imediatamente, o que apresentar avaria ou defeito.

5.14 - Comunicar à Administração, com antecedência de 05 dias do prazo máximo de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento, com a devida comprovação.

5.15 - Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que o objeto seja realizado com esmero e perfeição.

5.16 - Cumprir rigorosamente as normas técnicas e regulamentos pertinentes.

5.17 - Reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº. 8.666/93.

5.18 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de possível chamamento do Município de Tupaciguara em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução do objeto da licitação.

5.19 - Promover a entrega dos objetos contratados no local estipulado, responsabilizando-se pela qualidade e quantidade.

5.20 - Substituir, de imediato, às suas expensas, os objetos do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.



5.21 - Constar na nota fiscal os dados bancários e dados completos da empresa.

6) Das Obrigações do Município

- 6.1 - Notificar a contratada, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto.
- 6.2 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades necessárias.
- 6.3 - Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato.
- 6.4 - Fiscalizar e exigir o fiel cumprimento do contrato.
- 6.5 - Fornecer todas as informações necessárias relacionadas com o objeto deste Edital.
- 6.6 - Receber definitivamente o objeto.
- 6.7 - Gerenciar a ata de registro de preços.

8) Do Recebimento, Prazo de Entrega e Fiscalização

- 8.1 - O objeto deverá ser **entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias**, no Almoxarifado Interno, localizado na Praça Antônio Alves de Faria s/nº, bairro Tiradentes, nesta cidade, no horário das 08:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 17:00 hs contados a partir do recebimento da Autorização de Serviços e Compras (ACS) ou em outro local a ser designado.
- 8.2 - Todos os produtos deverão conter as características mínimas e essenciais descritas neste Edital.
- 8.3 - Executado o contrato, o objeto será recebido na forma prevista no artigo 73 inciso II da Lei nº. 8.666/93.
- 8.4 - O recebimento provisório do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético profissional, pela sua perfeita execução e dar-se à, se satisfeitas as seguintes condições:
 - a) devidamente embalado, acondicionado e identificado.
 - b) nas quantidades corretas.
 - c) no prazo e horário de entrega previstos neste Edital.
 - d) de acordo com as especificações.
- 8.5 - O recebimento definitivo dar-se-á após a:
 - a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos.
 - b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital.
- 8.6 - Satisfeitas as exigências de entrega, lavrar-se-á o Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal.
- 8.7 - Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.
- 8.8 - Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital.
- 8.9 - Constatado algum vício ou defeito a contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias para corrigir, a partir do recebimento da notificação do vício ou defeito.



8.10 - Em caso de ser impossível a correção dos vícios ou defeitos no prazo estipulado no item 8.9, a contratada deverá apresentar justificativa por escrito, elucidando as razões da impossibilidade de se cumprir no prazo.

8.11 - O Município de Tupaciguara, através de seu representante Sr. Gabriel Lourenço Borges Neto exercerá a fiscalização do contrato, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

8.12 - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Tupaciguara em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

9) Do Preço e do Pagamento

9.1 - O pagamento será efetuado em conta corrente da empresa vencedora em 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Nota Fiscal pela Comissão de Recebimento de Mercadorias e Serviços do Município.

9.2 - O número de inscrição no CNPJ, indicado nos documentos da proposta comercial e da habilitação, deverá ser o mesmo do estabelecimento da empresa que emitirá a Fatura/Nota fiscal.

9.3 - O pagamento será de acordo com os valores constantes na planilha de preços da proposta adjudicatária.

9.4 - Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão por conta dos recursos da dotação orçamentária conforme discriminada neste Edital.

9.5 - Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.6 - O pagamento somente será realizado mediante apresentação e comprovação de regularidade junto ao INSS, FGTS e CNDT.

9.7 - O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura.

9.8 - O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

9.9 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

9.10 - No caso de eventuais erros nos documentos apresentados pela contratada, estes serão a ela devolvidos para verificação, contando-se novo prazo, para análise, aprovação e pagamento, a partir da data de sua reapresentação.

9.11 - A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.



10) Das Condições da Ata de Registro de Preços

10.1 - As obrigações decorrentes desta licitação, a serem firmadas entre a Administração Municipal e a licitante vencedora, serão formalizadas através de ata de registro de preços, observando-se as condições estabelecidas neste edital, seus anexos, na legislação vigente e na proposta do licitante vencedor.

10.2 - A Administração Municipal convocará formalmente a licitante vencedora para assinar a ata de registro de preços, que deverá comparecer dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação.

10.3 - O prazo estipulado no subitem poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração Municipal.

10.4 - O Pregoeiro poderá, quando a convocada não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidas neste Edital, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma licitante que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarado vencedora.

10.4.1 - A licitante que não comparecer para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estipulado ou se recusar em assinar a presente ata será submetida às penalidades descritas no artigo 7º da Lei nº. 10.520/02.

10.5 - Caso a empresa não mantenha o compromisso assumido será aplicada a penalidade correspondente à inexecução total sobre o valor constante da nota de empenho.

10.6 - A ata de registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, no todo ou em parte, nas situações previstas abaixo:

I) Por iniciativa da Administração:

a) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da nota de empenho decorrente deste registro de preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) se os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado.

II) Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta ata de registro de preços;

b) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei nº. 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo cancelamento dos preços registrados, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ata.

Parágrafo Segundo - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros - AMM, considerando-se cancelado o desconto registrado.

Parágrafo Terceiro - A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração Municipal, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

Parágrafo Quarto - Havendo o cancelamento dos preços registrados, cessarão todas as

atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

Parágrafo Quinto - Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar a ata de registro de preços, a Administração Municipal poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - O preço registrado manter-se-à inalterado pelo período de vigência do registro, admitida a revisão quando houver desequilíbrio da equação econômico- financeiro inicial da contratação, nos termos da legislação que rege a matéria.

10.7.1 - Só poderá haver revisão dos preços para a equação econômico-financeira no prazo mínimo de 90 (noventa) dias, após a assinatura da ata.

10.8 - O reajustamento dos preços registrados somente será possível se autorizado por alteração das normas federais pertinentes à política econômica.

11 - Da Dotação Orçamentária

11.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da seguintes dotações orçamentárias:

**02.08.05.04.122.006.20.071.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 310 -
01.0000.0000.0000**

**02.03.12.365.0004.20.030.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 107 -
01.0001.0001.0001**

**02.19.01.04.122.0014.20.097.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 480 -
01.0000.0000.0000**

**02.09.05.04.122.0011.20.076.3.3.90.30 - Material de Consumo - Ficha 351 -
01.0000.0000.0000**

**02.08.01.04.122.0006.20.070.3.33.90.30 - Material de Consumo - Ficha 299 -
01.0000.0000.0000**

Tupaciguara/MG, 16 de Março de 2021.

Gabriel Lourenço Borges Neto
Secretário Municipal de Obras

Paulo Henrique Vieira
Secretário Municipal de Turismo e Pesca

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACIGUARA
Praça Antonio Alves Faria s/nº
CNPJ: 18.260.489.0001/04 TEL: 34-3281-0000
TUPACIGUARA-MG CEP 38.480-000



Júlio César Teixeira
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Serviços Urbanos

Quênia Lourenço Cardoso
Secretária Municipal de Educação



Anexo III

Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação

A (empresa proponente), inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. xxx.xxx.xxx/xxxx-xx , sediada em xxxxxxxx/xx, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. ___/___, declara expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação com todos os termos estabelecidos neste Edital.

_____, __ de _____ de _____.

Identificação do Representante da Empresa

ESSA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE AO PREGOEIRO, PELO INTERESSADO OU SEU REPRESENTANTE, FORA DO ENVELOPE, NA ABERTURA DA SESSÃO.



Anexo IV

Credenciamento

Mediante o presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador (a) da cédula de identidade nº, inscrito (a) no cadastro de pessoas físicas sob o nº., a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Tupaciguara, na modalidade Pregão Presencial nº. ___/___, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº., bem como formular propostas, dar lances verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, inclusive assinar contratos.

....., de de

Assinatura do Dirigente da Empresa



Anexo V

Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

A (empresa proponente), inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada em xxxxxxxxxxxx/xx, na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. __/___ declara expressamente que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao Edital.

_____, __ de _____ de _____.

Identificação do Representante da Empresa



Anexo VI

Declaração que não emprega menor

A (empresa proponente) inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx por intermédio de seu representante legal a Sr(a) _____, inscrito (a) no cadastro de pessoas físicas sob o nº. _____, declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

_____, __ de _____ de _____.

Identificação do Representante da Empresa

Anexo VII

Minuta - Ata de Registro de Preços

Pelo presente instrumento, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. 18.260.489/0001-04, com Centro Administrativo, sito na Praça Antônio Alves de Faria, s/nº., bairro Tiradentes, Tupaciguara/MG, CEP 38.480/000, representado pelo **Sr. Francisco Lourenço Borges Neto**, brasileiro, casado, produtor rural, portador da cédula de identidade nº. MG - 103.464-08 SSP/MG, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº. 034.760.586-97, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida Teodomiro Martins Prudente nº. 43, casa 05, Residencial Solarium, bairro Nova Esperança, CEP 38.480/000, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. _____, com sede a (av/rua) _____ (nº.) _____, (bairro) _____, (cidade) _____, (estado) _____, pelo seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, (profissão) _____, inscrito(a) no cadastro de pessoas físicas sob o nº. _____, residente e domiciliado em _____ na (av./rua) _____, (nº.) _____, (bairro) _____ doravante denominada **FORNECEDORA**, tem justo e acordado o presente instrumento proveniente do Processo Licitatório nº, Pregão Presencial nº, homologado pelo representante do ORGÃO GERENCIADOR em data de/...../2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto da presente ata é o registro de preços para aquisição de material de construção, hidrossanitário e tintas para suprir as necessidades de diversas Secretarias do Município de Tupaciguara nas quantidades e especificações contidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

2.1 - O prazo de validade da presente ata será de **12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.**

2.2 - O prazo para entrega dos produtos **será de no máximo 10 (dez) dias, após o recebimento da autorização de fornecimento, a qual conterà os produtos e a quantidade a ser fornecida.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1 - Os preços ofertados, especificação e marca do produto, encontram-se enunciados anexo à presente ata, que fica é parte integrante desta ata, independente de transcrição.

3.2 - O valor global desta ata de registro de preços é de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 - O fornecimento só será feito de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, mediante a apresentação de Autorização de Fornecimento devidamente datada e assinada pelo responsável, constando a descrição dos produtos, o quantitativo a ser fornecido, local e horário de entrega.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA

5.1 - O objeto deverá ser **entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias**, no Almoxarifado Interno, localizado na Praça Antônio Alves de Faria s/nº, bairro Tiradentes, nesta cidade, no horário das 08:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 17:00 hs contados a partir do recebimento da Autorização de Serviços e Compras (ACS).

5.2 - Todos os produtos deverão conter as características mínimas e essenciais descritas neste Edital.

5.3 - Executado o contrato, o objeto será recebido na forma prevista no artigo 73 inciso II da Lei nº. 8.666/93.

5.4 - O recebimento provisório do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético profissional, pela sua perfeita execução e dar-se à, se satisfeitas as seguintes condições:

- a) devidamente embalado, acondicionado e identificado.
- b) nas quantidades corretas.
- c) no prazo e horário de entrega previstos neste Edital.
- d) de acordo com as especificações.

5.5 - O recebimento definitivo dar-se-á após a:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos.
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital.

5.6 - Satisfeitas as exigências de entrega, lavrar-se-á o Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal.

5.7 - Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

5.8 - Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital.

5.9 - Constatado algum vício ou defeito a contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias para corrigir, a partir do recebimento da notificação do vício ou defeito.

5.10 - Em caso de ser impossível a correção dos vícios ou defeitos no prazo estipulado no item 5.9, a contratada deverá apresentar justificativa por escrito, elucidando as razões da



impossibilidade de se cumprir no prazo.

5.11 - O Município de Tupaciguara, através de seu representante Sr. Gabriel Lourenço Borges Neto exercerá a fiscalização do contrato, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

5.12 - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Tupaciguara em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado em conta corrente da empresa vencedora em 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Nota Fiscal pela Comissão de Recebimento de Mercadorias e Serviços do Município.

6.2 - O número de inscrição no CNPJ, indicado nos documentos da proposta comercial e da habilitação, deverá ser o mesmo do estabelecimento da empresa que emitirá a Fatura/Nota fiscal.

6.3 - O pagamento será de acordo com os valores constantes na planilha de preços da proposta adjudicatária.

6.4 - Os pagamentos decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão por conta dos recursos da dotação orçamentária conforme discriminada neste Edital.

6.5 - Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.6 - O pagamento somente será realizado mediante apresentação e comprovação de regularidade junto ao INSS, FGTS e CNDT.

6.7 - O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura.

6.8 - O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

6.9 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

6.10 - No caso de eventuais erros nos documentos apresentados pela contratada, estes serão a ela devolvidos para verificação, contando-se novo prazo, para análise, aprovação e pagamento, a partir da data de sua reapresentação.

6.11 - A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DECLARAÇÃO

7.1 - O FORNECEDOR declara, por esta e na melhor forma de direito, estar devidamente habilitado para prestar os fornecimentos ora contratados, assumindo, em consequência, todos os riscos e obrigações decorrentes desta ata de registro de preços.



CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 - A presente ata de registro de preços poderá ser alterada de conformidade com o disposto na Lei 8.666/93.

8.2 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de registro de preços

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - A presente ata de registro de preços poderá ser rescindida por ambas as partes, a partir de comunicação por escrito, **com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias.**

Parágrafo Único: É vedado ao FORNECEDOR ceder ou transferir a presente ata de registro de preços.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1 - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratado.

10.2 - Executar o objeto desta licitação conforme regras estabelecidas, responsabilizando-se pela carga e descarga dos produtos.

10.3 - Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitadas, responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados.

10.4 - Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

10.5 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o contratante.

10.6 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

10.7 - A contratada, além das responsabilidades atinentes, responderá pela qualidade e correção nos termos da legislação pertinente.

10.8 - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, a execução deste contrato, bem como não se associar com outrem ou realizar fusão, cisão ou incorporação.

10.9 - Reparar, corrigir, remover ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela comissão ou servidor designado, o objeto em que se verificarem vícios ou defeitos.

10.10 - Dar ciência a Administração Municipal, imediatamente por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto.



- 10.11 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.
- 10.12 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes na concepção do objeto.
- 10.13 - O dever previsto na cláusula anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir as suas expensas, imediatamente, o que apresentar avaria ou defeito.
- 10.14 - Comunicar à Administração, com antecedência de 05 dias do prazo máximo de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento, com a devida comprovação.
- 10.15 - Cumprir fielmente as obrigações assumidas, de modo que o objeto seja realizado com esmero e perfeição.
- 10.16 - Cumprir rigorosamente as normas técnicas e regulamentos pertinentes.
- 10.17 - Reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº. 8.666/93.
- 10.18 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de possível chamamento do Município de Tupaciguara em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução do objeto da licitação.
- 10.19 - Promover a entrega dos objetos contratados no local estipulado, responsabilizando-se pela qualidade e quantidade.
- 10.20 - Substituir, de imediato, às suas expensas, os objetos do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.
- 10.21 - Constar na nota fiscal os dados bancários e dados completos da empresa.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 11.1 - Notificar a contratada, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto.
- 11.2 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades necessárias.
- 11.3 - Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato.
- 11.4 - Fiscalizar e exigir o fiel cumprimento do contrato.
- 11.5 - Fornecer todas as informações necessárias relacionadas com o objeto deste Edital.
- 11.6 - Receber definitivamente o objeto.
- 11.7 - Gerenciar a ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA MULTA

- 12.1 - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas e, no caso de suspensão de



licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo da multa prevista e as demais cominações legais.

12.2 - A contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - por atraso injustificado na entrega do objeto licitado, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, até o limite de 15%.

II - pela inexecução total ou parcial do acordado através do instrumento contratual, garantida a defesa prévia:

a) advertência.

b) multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo em seu total a 2% sobre o valor do contrato, cumulável com as demais sanções.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

12.3 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a ata de registro ou documento equivalente e retirar a ordem de serviço, caracterizará descumprimento total da obrigação, ensejando as penalidades cabíveis.

12.4 - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA NOVAÇÃO

13.1 - Toda e qualquer tolerância por parte do Município de Tupaciguara, na exigência do cumprimento da presente ata de registro de preços não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta ata, o Edital do Pregão Presencial nº. ____/2021 e seus anexos e a proposta de preços do fornecedor independente da transcrição.

14.2 - A existência de preços registrados não obriga o município de Tupaciguara a firmar as contratações que deles poderão advir.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Tupaciguara/MG, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir sobre quaisquer questões oriundas da presente ata de registro de preços.



E, por acharem de pleno acordo entre si, justas e contratadas, firmam as partes a presente ata de registro de preços, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas a tudo presente, e que também o assinam, obrigando-se por si e/ou seus sucessores ao fiel cumprimento, tudo para que produza seus jurídicos efeitos.

Tupaciguara/MG, ___ de _____ de 2021.

Município de Tupaciguara

Fornecedora

Testemunhas:

1) Nome: _____
CPF: _____

2) Nome: _____
CPF: _____